

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 16, número 2 (2025)
ISSN: 2177-2886

Artigo

A Experiência de Mulheres no MST a partir do Feminismo Decolonial

*La Experiencia de las Mujeres en el MST desde la
Perspectiva del Feminismo Decolonial*

*The Experience of Women in the MST from the
Perspective of Decolonial Feminism*

Larissa das Graças Choida

Universidade Estadual do Centro Oeste - Brasil
larissadgchoida@gmail.com

Kátia Alessandra dos Santos

Universidade Estadual do Centro Oeste - Brasil
kalexandra@unicentro.br

Como citar este artigo:

CHOIDA, Larissa das Graças; SANTOS Kátia
Alexsandra dos. A Experiência de Mulheres no MST a
partir do Feminismo Decolonial. **Revista Latino
Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 2, p.
176-199, 2025. ISSN 2177-2886. DOI:
<10.5212/Rlagg.v.16.i2.0009>.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

A Experiência de Mulheres no MST a partir do Feminismo Decolonial

La Experiencia de las Mujeres en el MST desde la Perspectiva del Feminismo Decolonial

The Experience of Women in the MST from the Perspective of Decolonial Feminism

Resumo

O objetivo foi entender como gênero aparece relacionado à colonialidade do ser, saber, poder e natureza nas vivências de um grupo de mulheres do MST, a partir do Feminismo Decolonial. Participaram do estudo 16 mulheres do Assentamento São Joaquim, em Teixeira Soares, Paraná, com as quais foram realizados 4 encontros. A análise passa por dois eixos analíticos: Um saber que se compartilha: colonialidade do saber e pesquisa com mulheres do MST; Colonialidade de gênero: da economia do cuidado à partilha. Concluímos que, para além do marcador de classe, o gênero e o saber foram elementos importantes para pensar o cotidiano das mulheres, além de estarem relacionados aos demais efeitos da colonialidade, possibilitando uma análise de como a lógica moderna colonial opera no cotidiano do feminino no movimento.

Palavras-Chave: MST. Mulheres. Feminismo Decolonial. Gênero. Psicologia.

Resumen

El objetivo fue comprender cómo el género se relaciona con la colonialidad del ser, del saber, del poder y de la naturaleza en las experiencias de vida de un grupo de mujeres del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Participaron del estudio 16 mujeres del Asentamiento São Joaquim, ubicado en Teixeira Soares, en el estado de Paraná, Brasil, con quienes se sostuvieron 4 reuniones. El análisis transita por dos líneas analíticas: Conocimiento que se comparte: colonialidad del conocimiento y la investigación con mujeres del MST; Colonialidad de género: de la economía del cuidado al compartir. Concluimos que, más allá del del marcador de clase, el género y el conocimiento fueron elementos importantes para pensar el cotidiano de las mujeres, además de estar relacionados con los demás efectos de la colonialidad, lo que permitió analizar cómo opera la lógica colonial moderna en la vida cotidiana de las mujeres en el movimiento MST.

Palabras-Clave: MST. Mujer. Feminismo decolonial. Género. Psicología.

Abstract

This research aimed to understand how gender appears related to 4 important decolonial analytical points, as follows: the coloniality of being, knowledge, power and nature in life experiences of a group of MST women. Sixteen women from the São Joaquim Settlement, located in Teixeira Soares, in the state of Parana, Brazil, participated in the study, and took part in 4 meetings. The analysis passes through two analytical lines, namely, Knowledge that is shared: coloniality of knowledge and research with MST women; Gender coloniality: from care economy to sharing. We conclude that, in addition to class, as a social difference marker, gender and knowledge were important elements when it comes to thinking about women's daily lives, in addition to being related to the other effects of coloniality, enabling an analysis of how modern colonial logic operates in women's daily lives in MST movement.

Keywords: MST. Women. Decolonial feminism. Gender. Psychology..

Larissa das Graças Choida, Kátia Alexsandra dos Santos



Palavras iniciais: colonialidade e movimentos sociais

O acesso à moradia, trabalho, educação, saúde, alimentação e lazer são alguns dos direitos sociais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988). Diante disso, algumas políticas públicas, leis e decretos foram desenvolvidos a fim de assegurar esses direitos na prática. No contexto rural, o Estatuto da Terra é detalhado a partir da lei no 4.504/1964, a qual dispõe no art. 2º que: “É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei” (Brasil, 1964). O referido artigo explicita que a função social da terra é cumprida quando esta possibilita o bem-estar dos seus proprietários, trabalhadores/as e suas respectivas famílias, bem como quando é produtiva, visa à conservação de recursos naturais e possui relações justas de trabalho, de acordo com as disposições legais. Dessa maneira, o acesso à terra garante alguns dos direitos fundamentais aos/as sujeitos/as.

A Reforma Agrária é estabelecida enquanto Plano Nacional, de acordo com o Decreto nº 91.766/1985 (Brasil, 1985), visando uma distribuição justa da terra no Brasil e, assim, democratizando o acesso a esse direito. Segundo os pressupostos da Reforma, a impossibilidade de acesso à terra submete uma parcela da população a relações sociais marginalizadas. À medida que se retira a possibilidade de moradia, trabalho e, por conseguinte, outras dimensões básicas de existência dos/as sujeitos/as, se intensificam as desigualdades sociais e os processos de exclusão.

Historicamente, o acesso aos recursos básicos foi dificultado e negado a algumas populações, bem como alguns dos direitos previstos por lei não foram colocados em prática, culminando em um processo de vulnerabilização de diversas/os sujeitas/os, comunidades e famílias. Fenômenos como o desemprego, a expulsão de coletivos de suas terras de origem e as desigualdades sociais de gênero, classe e raça/cor são alguns dos problemas sociais produzidos pelas disputas e relações de poder da sociedade moderna colonial.

A colonialidade ultrapassa o período histórico de dominação das administrações e elites coloniais denominado colonialismo, visto que se refere à continuidade das lógicas de dominação que atravessam as relações sociais, as formas de subjetivação e de produção de conhecimento (Castro, 2020). A discussão acerca das expressões da colonialidade denuncia essa persistência, bem como “atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade” (Ballestrin, 2013, p. 100). A modernidade se configura enquanto um processo civilizatório através do qual se evidencia a posição eurocêntrica com a crença de superioridade e de um modelo desenvolvimentista que justifica o ideal de salvação de povos considerados primitivos, as formas de dominação sobre eles e as violências infligidas aos que rejeitam o salvacionismo dos colonizadores. Entende-se, a partir disso, que “a modernidade é um 'mito' que oculta a colonialidade” (Ballestrin, 2013, p. 101).

As formas de dominação são diversas, o desmantelamento de direitos básicos como, por exemplo, o acesso à terra, faz com que seja necessária a produção de lutas e resistências por diversos povos e comunidades. Diante

disso, emergem movimentos sociais com sua atuação voltada à produção e garantia de direitos às/os sujeitas/os dos mais variados contextos e identidades e resistem aos processos de invisibilização e vulnerabilização de alguns grupos, reivindicando melhores condições de existência uma vez que “instituem mecanismos de empoderamento e de resistência e agem como impulsionadores de processos emancipatórios” (Menegat; Tedeschi; Farias, 2009, p. 12). Consideramos, nesse sentido, que a coletividade convoca a pensar o individual dentro do campo social e político.

As lutas camponesas são referência de resistência ao se colocarem em um processo de afirmar e produzir o poder, diferente da lógica de hierarquia, mediante uma construção coletiva para e com o grupo, com um compromisso ético e político dos/as sujeitos/as (Menegat; Tedeschi; Farias, 2009). Desta forma, vemos “o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder” (Lugones, 2014, p. 940). As mulheres em sua diversidade, dentro desses movimentos, protagonizam várias dessas lutas coletivas, singularizando-se em suas diversas identidades e formas de produção de resistência.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente, se apresenta enquanto uma importante organização na produção de reivindicações e enfrentamentos. Em seu site oficial, destaca que desde sua formação “se organiza em torno de três objetivos principais: Lutar pela terra; Lutar pela reforma agrária; Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna” (MST, 2025). É um movimento histórico no Brasil que se estabelece prioritariamente a partir de um marcador de classe. Contudo, nesta pesquisa, objetivou-se entender de que forma o marcador gênero aparece relacionado com as demais expressões da colonialidade – ser, saber, poder e natureza – nas vivências de um grupo de mulheres do movimento.

Há diversos fatores indissociáveis que atravessam as vivências e a construção da subjetividade das mulheres. A partir da perspectiva feminista decolonial, compreende-se que marcadores como raça, gênero, classe social, sexualidade e outros “não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno” (Curiel, 2020, p. 133), ou seja, são condições colocadas às sujeitas pela colonialidade.

Assim, nesta pesquisa, tratamos dos marcadores sociais como intrinsecamente constituintes para pensar qualquer fenômeno, compreendendo-os como parte da colonialidade. Nesse sentido, cabe destacar a dimensão geográfica como parte fundamental do processo de validação de certas epistemologias em detrimento de outras que são invisibilizadas. O universalismo abstrato (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018) se caracteriza como um fenômeno no qual um recorte geográfico e social é estabelecido como universal e, por consequência, hegemônico e não localizado. Desta forma, a partir do eurocentrismo e do cientificismo, esse universal construído se coloca como referência e invalida outras formas de organização social, política, econômica, de subjetividade e de relações entre pessoas e com a natureza. Podemos verificar como isso implica no conhecimento feminista desenvolvido historicamente. Dentre as autoras que

abordam essa temática, Miñoso (2020) desenvolve uma “genealogia da experiência”, a fim de problematizar e desnaturalizar o discurso feminista previamente estabelecido. Pensa criticamente acerca do que chama de colonialidade da razão feminista, entendendo-a como um conjunto de práticas desenvolvidas por um grupo de feministas que produziram uma categoria universal mulher (Miñoso, 2020). Dessa maneira, foi produzido um apagamento da memória de diversas lutas protagonizadas por mulheres de outras identidades, contextos e temporalidades ao serem invisibilizadas pelas produções escritas e interventivas do feminismo europeu e hegemônico (Vergès, 2020).

As geografias feministas também trazem uma importante reflexão a respeito da pluralidade do feminino. A noção de espaço paradoxal, elaborada por Gillian Rose (1993), tensiona o discurso geográfico hegemônico a partir do reconhecimento de que este espaço é multidimensional, constituído “[...] pela diversidade contraditória e simultânea das relações sociais [...]” (Silva, 2003, p. 41). Nesta perspectiva, entende-se que as relações sociais vão além do gênero, compreendendo outros elementos que também são experienciados de forma interdependente como classe social, sexualidade, raça e outros. Articulado a isso, Rose evidencia as categorias “mesmos” e “outros” com a perspectiva de centro (força hegemônica) e margem (espaço de opressão). Portanto, a partir da noção dessas intersecções, compreende-se que o feminino é plurilocalizado no território, podendo subverter a ordem de forças entre centro e margem.

Outra importante contribuição é a correlação entre espaço, gênero e poder. Rose traz a compreensão das significações dos espaços sociais a partir da perspectiva de gênero. A cozinha é significada como espaço de liberdade, proporcionando autoridade à mulher em decorrência do papel social atribuído a ela como cuidadora e provedora da alimentação familiar. Já o quarto, é significado como espaço de subordinação e submissão, considerando o controle e dominação sexual por parte dos homens.

A partir dessas considerações, notamos a construção de um modelo hegemônico de mulher e do binarismo de gênero estabelecido pelas relações de poder impostas pela colonialidade. Compreendemos que outras formas de constituição subjetiva, de saberes e relações não hegemônicas são invisibilizadas, se apresentando, assim, uma hierarquia de poder.

Tendo em vista esses princípios, o problema de pesquisa abordado neste trabalho surgiu da experiência da primeira autora com estudos sobre a agroecologia e movimentos sociais, bem como do desejo de pensar sua formação em psicologia implicada com as questões sociais. As discussões decoloniais na psicologia ainda são incipientes (Pereira et al., 2022), de modo que esta produção é uma tentativa de incursão por uma psicologia decolonial. As ações no território da pesquisa contaram, ainda, com a participação de uma profissional do direito que faz parte do grupo de pesquisa ao qual as pesquisadoras estão vinculadas. Há importância em considerar o lugar de onde partimos para a proposta e realização da pesquisa visto que, a partir da metodologia decolonial, não temos a pretensão de neutralidade, mas de entender nossa implicação em todo o processo da pesquisa.

Desta maneira, intencionando construir um conhecimento conjunto às

mulheres do MST, a presente pesquisa foi desenvolvida no assentamento São Joaquim, território localizado no município de Teixeira Soares que, de acordo com as mulheres participantes desta pesquisa, não cumpria sua função social e, por isso, foi ocupado pelo movimento no dia 16 de outubro de 1987, quando passou a abrigar em torno de 100 famílias em seus 2.835 hectares. À época da pesquisa, este número já havia aumentado. Foi produzida uma escuta das narrativas desse grupo de mulheres vinculadas a esse assentamento e, para isso, apostamos nesta metodologia que possibilita diálogo entre mulheres da academia e mulheres pensadoras que estão fora do ambiente acadêmico, considerando a relevância da aproximação da universidade com a comunidade, sobretudo na tentativa de compreensão dos processos de se constituir mulher internamente a um movimento social rural.

Tendo apresentado brevemente o recorte temático da nossa pesquisa – movimentos sociais vivenciados por mulheres – e a base teórica da qual partimos – Feminismo Decolonial –, passamos a apresentar os efeitos dessas escolhas no eixo metodológico a partir dos conceitos fundamentais dos estudos decoloniais.

Matriz metodológica decolonial e a pesquisa com mulheres do MST

A perspectiva decolonial problematiza a colonialidade nas diversas formas nas quais se manifesta (Quintero; Figueira; Elizalde, 2019). Como dito anteriormente, os estudos decoloniais pretendem refletir sobre os conceitos de colonialidade do poder, ser, saber, da natureza e do gênero e como articulam-se entre si. Dessa forma, consideramos como dimensões ontológicas de análise as expressões da colonialidade. A partir delas, há possibilidade de uma descrição do real, assim como também uma produção de intervenção no real por meio da decolonização (Martins; Benzaquen, 2018).

A colonialidade do poder, apresentada por Quijano (2005), institui-se a partir de dois eixos fundamentais. Primeiro, a classificação social pela ideia de raça, que estabelece e legitima as relações coloniais de dominação e subordinação e, segundo, o controle do trabalho em volta do capital e de uma lógica mercadológica mundial. À medida que percebemos a divisão racial do trabalho e de papéis sociais, entendemos que ambos os eixos são estruturalmente indissociáveis.

Ainda, alguns teóricos da decolonialidade sinalizam a colonialidade do saber, entendendo-a como um processo através do qual um conhecimento desincorporado e não localizado é estabelecido como hegemônico e universal. Desta maneira, demonstra-se a importância da reivindicação da geopolítica e corpo-política do saber por meio das quais possibilita-se o reconhecimento e a visibilidade de epistemologias negadas pela colonialidade (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007; Mignolo; Escobar, 2010; Mignolo; Tlostanova, 2006; Walsh; Schiwy; Castro-Gómez, 2002).

Essa negação e aniquilação da epistemologia de povos não europeus produz efeitos e resulta no processo denominado colonialidade do ser, ou seja, na produção da negação ontológica. O viés academicista e cientificista moderno liberal imposto pelo sistema colonial tem “um papel crucial na criação e manutenção de uma linha de diferenciação ontológica entre a zona do ser e a

zona do não ser” (Maldonado-Torres, 2016, p. 84), levando à desumanização do outro a partir de uma dominação e da lógica de desqualificação de seu conhecimento.

Desse modo, fica perceptível como todas as expressões da colonialidade se entrelaçam. A colonialidade da natureza revela uma “perspectiva de controle e domesticação da natureza não humana” (Martins; Benzaquen, 2017, p. 18). Esse processo é, também, produzido por meio da ontologia moderna colonial a partir da qual se inventa o antropocentrismo (Tavares, 2022). Há de se refletir sobre como as estruturas de poder operam a partir de um “controle do trabalho, de recursos e de produtos” (Quijano, 2005, p. 118), ou seja, um controle da natureza.

Além disso, verificamos esse atravessamento quando pensamos no que configura a colonialidade do gênero. Tendo em vista essa dicotomia que confere humanidade ao europeu e desumaniza outros povos a partir da legitimação de uma epistemologia eurocentrista em detrimento de outras, a categoria de gênero é tida como uma característica humana, portanto, essa estratégia de conexão entre gênero e civilização tem como pressuposto apagar práticas sociais de interação e sexuais de outras comunidades e enquadrar mulheres não brancas fora do que é estabelecido como civilizado. Além disso, é possível pensar sobre como a categoria mulher colonizada é vazia, uma vez que “nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher” (Lugones, 2014, p. 939).

Portanto, pensar esta pesquisa através da perspectiva decolonial possibilita que se compreenda de que forma as dimensões da ontologia moderna, colonial e eurocêntrica operam nas vivências das mulheres. Entretanto, não se trata de tomá-las como objeto de estudo, mas sim como sujeitas ativas nesse processo de pesquisa, considerando a não neutralidade das pesquisadoras e da metodologia e entendendo que devem apresentar “sensibilidade às demandas dos corpos colonizados, que estão dentro das zonas do ‘não ser’ da modernidade” (Dulci; Malheiros, 2021, p. 177). A partir disso, considera-se outro aspecto da metodologia decolonial, qual seja, seu caráter interventivo, afinal, compreende-se que não basta teorizar, mas atuar em conjunto, não se separa produção do conhecimento de militância e intervenção.

Em relação aos aspectos éticos, a pesquisa foi aprovada, conforme parecer institucional número 6.050.366. Contudo, discorreremos adiante sobre como desdobraram-se na prática as normativas éticas para realização da pesquisa, tais como o uso de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o compromisso com a devolutiva.

Participaram da pesquisa 16 mulheres vinculadas ao Assentamento São Joaquim e o contato foi estabelecido, inicialmente, por meio de uma militante do MST. O período de coleta de dados se estendeu entre março de 2023 e fevereiro de 2024, no qual foram realizados constantes contatos com as integrantes do movimento e ocorreram quatro encontros presenciais com o grupo de mulheres, sendo três deles destinados a conhecer as participantes, conhecer o local e realizar diálogos acerca das vivências no movimento social e, no último, foi realizado um encerramento de todo esse processo, a fim de explicitar aquilo que percebemos e pudemos refletir a partir de suas falas, bem como realizar combinados acerca do que elas desejavam ou não que constasse

neste trabalho escrito.

Os encontros foram combinados previamente por meio de algumas das participantes via divulgação em grupo no aplicativo WhatsApp. A participação nos quatro momentos foi variável, havendo pessoas que estiveram em todos os momentos e outras que participaram apenas em um ou dois deles. A organização acerca do local de encontro e o convite às outras mulheres partiu delas, algumas integrantes ofereceram suas casas para sediar a conversa, bem como suas propriedades para mostrar as hortas. Além disso, as mulheres definiram a forma de condução dos encontros chamando umas às outras para contar suas histórias e demonstrando curiosidade nas narrativas. Desta maneira, mesmo havendo um instrumento-roteiro para a condução dos encontros grupais, ele foi pouco utilizado. Entretanto, ao longo do período de coleta de dados, as perguntas norteadoras da pesquisa previamente estabelecidas aos poucos foram sendo contempladas. As principais questões contidas no roteiro tratavam da experiência das mulheres nas atividades do MST, como começaram a participar, os objetivos das lutas, as pautas específicas das mulheres do movimento, como elas enquanto mulheres se viam e vivenciavam o movimento e as dificuldades e potencialidades de ser mulher nesse contexto.

Foi privilegiada uma forma de contato em formato de roda de conversa, uma vez que os assuntos fluíram livremente e todas tiveram a oportunidade de falar e contar suas histórias na relação com o MST e todas as questões que tínhamos o objetivo de abordar foram sendo trazidas pelas mulheres em suas falas.

Os encontros foram gravados em áudio, mas não em sua totalidade, uma vez que as gravações iniciaram apenas após a explicação da pesquisa, leitura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e assinaturas daquelas que ainda não haviam assinado o respectivo documento. Além disso, ao final de cada encontro, havia um café com diversas comidas produzidas e colhidas pelas mulheres, nos parecendo que a partilha de alimentos era algo natural do grupo. Não houve combinação com as pesquisadoras, diante disso, não levamos nada no primeiro encontro, mas levamos nos posteriores. Partilhar histórias e alimentos foi um dispositivo importante na pesquisa, como discorreremos nas discussões.

Considerando que os elementos trazidos a partir das falas das mulheres têm um caráter coletivo, sendo algumas das falas passíveis de serem ditas por qualquer uma das participantes (como mencionado por elas no último encontro), mas que também partem de experiências individuais que singularizam os processos de cada mulher, optamos por construir uma tabela que identifica quem são as mulheres que falaram conosco nesta pesquisa. No encontro de devolutiva – encerramento da pesquisa – quando apresentamos os resultados, também discutimos em conjunto como as participantes seriam nomeadas na pesquisa. Realizamos uma dinâmica na qual mostramos em slides todas as frases utilizadas na pesquisa e as apresentamos sem identificação. Desta forma, as participantes foram convidadas a relembrar e reconhecer qual mulher foi a autora de cada frase. Ao final, todas as mulheres puderam refletir e nos comunicar sobre a autorização ou não da utilização de suas falas, bem como também pudemos dialogar sobre a forma de identificação na pesquisa.

Larissa das Graças Choida, Kátia Alexsandra dos Santos

A Experiência de Mulheres no MST a partir do Feminismo Decolonial

Dessa maneira, partindo de uma decisão tomada em conjunto, a tabela produzida contempla todas as mulheres participantes, pelo nome civil e não fictício, mesmo as que não tiveram recortes de suas falas transcritas no texto escrito.

Ainda sobre a devolutiva e a decisão de publicizar os nomes civis das participantes, foram feitas as seguintes considerações pelas mulheres: seus descendentes poderiam ler futuramente e reconhecer que elas participaram da pesquisa; poderiam documentar a partir da escrita alguns elementos importantes de suas histórias na relação com o movimento. Ainda, juntas, discutimos sobre como a autoria dos trabalhos acadêmicos são sempre destinadas a nós pesquisadoras e as participantes nunca são reconhecidas enquanto sujeitas ativas na construção da pesquisa. Segue, portanto, o quadro com nomes e algumas características das participantes:

Quadro 1 – Perfil das participantes

Nome/codinome /iniciais	Idade	Raça/cor	Orientação Sexual	Estado civil/ relacionamento	Filhos	Tempo de vínculo com o assentamento
Leila de Fátima Castilho	51	Branca	Heterossexual	Casada	2 filhos e 1 filha	36 anos
Elisabete Ribeiro Bueno	27	Branca	Heterossexual	Casada	1 filha	10 anos
Marina Paula de Oliveira	28	Branca	Heterossexual	Solteira	1 filho	14 anos
Silvana Cordeiro	45	Parda	Heterossexual	Solteira	1 filho	6 anos
Marli Portela Sobenk	55	Branca	Heterossexual	Casada	3 filhos	37 anos
Sueli Portela Borchoski	62	Branca	Heterossexual	Casada	3 filhas e 1 filha	37 anos
Edimara Borchoski	33	Branca	Heterossexual	União Estável	1 filha e 1 filho	33 anos
Thais Paula da Costa	38	Parda	Heterossexual	Casada	1 filho	5 anos
Laura Terezinha dos Santos	61	Não Informado	Heterossexual	Divorciada	4 filhos e 2 filhas	37 anos
Eliane Aparecida Borchoski	41	Branca	Heterossexual	União Estável	2 filhos	37 anos
Maria de Fátima Portela	39	Branca	Heterossexual	Casada	1 filho e 1 filha	36 anos
Marisa Damião Portela	49	Branca	Heterossexual	Casada	3 filhos	37 anos
Ivonete Moreira Alves	66	Parda	Heterossexual	Casada	2 filhos e 1 filha	17 anos
Roseli	41	Branca	Não Informado	Casada	2 filhos e 1 filha	30 anos
Jucelene de Souza Borchoski	35	Parda	Heterossexual	Casada	2 filhas	19 anos
Joceli	51	Branca	Heterossexual	Casada	1 filha	36 anos

Larissa das Graças Choida, Kátia Alexsandra dos Santos

Um saber que se compartilha: colonialidade do saber e pesquisa com mulheres do MST

A pesquisa não inicia no momento em que o gravador é ligado. A receptividade e o acolhimento das mulheres do assentamento para com as pesquisadoras foram perceptíveis desde a nossa chegada e expressam a importância que a partilha de conhecimentos tem em suas vidas. O encontro mobilizou uma troca de saberes mesmo antes da formalização de suas participações, demonstrando que o contato e nossa presença não causaram desconforto, mas foram um convite ao diálogo.

Historicamente, a universidade se produziu enquanto lugar de desenvolvimento de um saber com a pretensão de universalidade e que se tornasse hegemônico à medida que se recusa a conhecer e produzir conjuntamente às diversas comunidades. A separação entre a comunidade acadêmica e as comunidades externas expressa a forma como a colonialidade do saber (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007) está presente ao produzir a negação de diversas epistemologias e da riqueza de outros saberes e práticas. Diante disso, se estabelece enquanto resistência nos movimentos sociais a ocupação de um lugar de produção de conhecimento de maneira a resistir à deslegitimação de seus saberes, seja ingressando nas universidades ou mesmo fora delas. Há reconhecimento de pesquisas e estudos como forma de registro da história e também de comprovar elementos importantes dentro do movimento, como seus trabalhos no território e suas lutas: “Eu ajudei a fazer vários TCC’s do pessoal, de professores de história e ajudei a escrever três livros dentro do assentamento” (Laura); “Então, do conhecimento que a mulherada fez na ocupação do Palácio do governo, criou-se lá uma amizade muito forte, muito forte. Lá em Curitiba. Muitas historiadoras e críticas acompanharam e, então, se criou uma grande história. Tem alguns livros com histórias e fotografias que eles fizeram uma época” (Leila). Essas falas nos permitem pensar que o contato dessas mulheres com a universidade não é algo novo e, visivelmente, há importância para elas em participar e protagonizar a elaboração de pesquisas e estudos.

Há uma grande valorização do conhecimento no movimento, tanto do saber popular, quanto do saber historicamente estabelecido como científico, de modo que esses saberes não são hierarquizados. Laura estudou, de acordo com suas palavras, com vários dos melhores professores, relatando que:

Eles passavam vídeo de outros países que já passaram por essa diferença, essas ordens, essas leis, ensinando a gente como se dava a transformação da sociedade, que era pelo diálogo, então eu estudei muito essas questões e, para mim, acredito que a leitura, o conhecimento e o estudo são o que faz você subir cada dia um degrau (Laura).

A partir disso, também ressalta a importância que vê na luta da juventude pela educação. O MST possui uma característica de produzir constantes formações aos integrantes com variadas temáticas e formatos a fim de que o conhecimento seja algo presente no cotidiano e atenda as demandas do próprio

Larissa das Graças Choida, Kátia Alexsandra dos Santos

movimento. Isso se expressa nos detalhes da sua organicidade. Percebemos essa questão quando nos deparamos com falas como:

Tem muitos títulos das terras e cadastros que foram feitos em nome das mulheres que nós bancamos, nosso coletivo incentivou, é o lugar que mais tem mulher cadastrada, em torno de 60%, por isso nós lutamos. Tivemos 2 anos de estudo para adultas para que aprendessem a escrever, porque não aceitavam colocar o dedo, tinha que escrever. Daí, as meninas dali deram aula e elas aprenderam a escrever o nome (Laura).

Nesse sentido, a coletividade e a formação possibilitaram a alfabetização de mulheres adultas, a fim de garantir sua emancipação e o acesso a seus direitos. A escrita da história dessas mulheres no assentamento passa, primeiro, pela materialidade do código escrito, ou seja, pelo acesso ao saber reconhecido como legítimo.

Apesar disso, a resistência aos saberes hegemônicos e às condições impostas pela colonialidade perpassa diversos âmbitos das vivências das mulheres. Demonstram a forma como os saberes de espiritualidade, religiosidade, fitoterapia, sementes e artesanato estão presentes em seu dia a dia e compõem suas formas de enfrentamento e produção de saúde e vida para si e seus pares, afirmando: “devemos usar nossa sabedoria de nossas mulheres, que nem eu já falei para vocês, sempre guarda uma semente no bolso e vai semeando, ela não termina. E você é guardiã dessa semente” (Laura). A relação com a terra e com o saber é indiscutível. A partir dessa fala, é possível refletir sobre como ser guardiã da semente não se trata de uma lógica de posse, mas de proteção a fim de ter a possibilidade de trocar ou semear para multiplicar essas sementes. Além disso, na visita à sua residência, ela demonstrou sua relação com o saber a partir da leitura e do conhecimento ao nos mostrar sua biblioteca particular e seus certificados de agente comunitária de saúde e de cursos dos quais participou sobre sementes, reiki e outras temáticas.

As mulheres também nos convidam a refletir sobre a importância do saber popular quando ressaltam:

A gente montou na região sul um grupo coletivo de mulheres para resgatar esse tipo de coisa, porque é questão de saúde. Muitos conhecimentos que as mulheres mais velhas tinham sobre cuidar da saúde com os chás e com alimentação saudável foi se perdendo, aí veio a medicina e posto de saúde, o povo vai entrando nessa onda e vai deixando de ir pelo mais fácil, ‘tem um médico lá, vamos consultar e tomar remédio’, mas às vezes tem um chá que ela sabia e deixou de fazer. E esse coletivo abrange muitos municípios diferentes para termos essa troca de experiência e aprender com as outras (Maria).

Vários relatos surgiram ao longo do encontro. Cada frase e ideia trazida pelas mulheres provocava no grupo diferentes temáticas e narrativas. Inicialmente, foi estabelecido no projeto da pesquisa que o primeiro encontro

seria realizado de forma a apresentar a pesquisa, conhecer as mulheres e convidá-las à participação. Entretanto, a escolha das mulheres pelo encontro ser realizado em grupo fez surgir o desejo delas (e também nosso) de logo iniciar a conversa, o que possibilitou que lêssemos os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e logo começássemos a coleta de dados. Naquele momento, explicitou-se o caráter comunitário de movimento social e o modelo de roda de conversa se estabeleceu de forma natural, revelando que é daquela maneira que aquelas mulheres, geralmente, se sentiam confortáveis para se organizarem.

As lógicas de organização em movimentos sociais, especificamente no MST, são bastante divergentes do que as que encontramos em outros agrupamentos que seguem a lógica moderna/capitalista da individualidade. Um dos fatores que nos coloca a refletir sobre a coletividade na organicidade do movimento são as estratégias de proteção e cuidado coletivo que nos foram relatadas. No contexto das ocupações, quando algum/a dos/as integrantes tomava conhecimento de que chegaria um pistoleiro ou a polícia, havia canais de comunicação para que todos os companheiros ficassem cientes e pudessem, em grupo, procurar abrigo ou organizar um enfrentamento. Além disso, outro aspecto que trouxe à tona o caráter comunitário foi a partilha dos alimentos nos primeiros meses de ocupação, quando havia escassez de recursos para subsistência das famílias: “Por exemplo, não tinha nada o que comer, então, dali vinha uma carreta com comida. Se vinha 1 kg de café, era uma pontinha para cada família e ninguém ia ficar com a colherada inteira. Fizemos um barraco só para alimentação e a pessoa que estava lá pegava uma quantia para cada família” (Marli). Essas maneiras de organização demonstram como o bem-estar de todos e a partilha são importantes no MST. De acordo com Laura: “Para mim não conheço outro lugar que organize as pessoas igual o movimento sem-terra, não conheço outra instituição”.

Por muito tempo, essas formas de viver comunitárias foram segregadas e deslegitimadas tanto pela própria negação de suas epistemologias, quanto pelo avanço do capitalismo mundialmente. A emergência da organização política e econômica voltada ao capital surtiu efeitos perversos na sociedade como a desigualdade social e racial, diferenciando os indivíduos a partir da classe e raça, fenômeno reconhecido como colonialidade do poder (Quijano, 2005). Diante desses fatores, foi moldado o imaginário social acerca de quem possui direito à existência e quem não, efeitos da colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2016). A fala das mulheres demonstrou a forma como, a partir da colonialidade do poder, faz-se a manutenção da classe que detém poder por meio do acesso ao capital a partir da produção de um conflito entre os indivíduos de classes média e baixa, revelando que o sistema provoca um processo no qual pessoas oprimidas, que também estão em condições de exploração, criticam quem tenta de alguma forma subverter a lógica:

Nós que já passamos por uma experiência assim de ser acolhida pelos estudiosos, professores, advogados, eles tratam a gente assim tão bem como se a gente tivesse no mesmo patamar que eles. Quem nos diminui é aqueles que também deveriam estar se igualando a nós (Leila).

Larissa das Graças Choida, Kátia Alexsandra dos Santos



Os pobres que diminuem a gente (Marli).

Além disso, nessas falas também está imbricada uma lógica de poder e hierarquia, que discutiremos a seguir.

Foram relatados, pelas mulheres, episódios em que “pistoleiros” invadiram suas terras com a finalidade de expulsá-las de seu novo território, não obstante, em muitas localidades de assentadas/os e acampadas/os, foram provocados conflitos que resultaram em chacina das integrantes do movimento, revelando, a partir disso, uma negação ontológica do ser a partir de relações de poder.

A falta de conhecimento da população sobre o movimento, como apontado pelas participantes, resulta em processos de discriminação: “Em março estávamos na praça dos pelados e uns rapazes passavam e falavam para nós ‘tropa de vagabundo, vão trabalhar’, e aquilo dói, sabe, aqueles rapazes que você sabe que nunca trabalharam na vida, nunca fizeram nada, dói sabe, e vai fazer o que, é a vida” (Marli). Essa narrativa demonstra a invisibilização das formas de trabalho e produção no movimento ao se distinguirem das lógicas capitalistas, bem como explicita a negação de suas existências e práticas.

As mulheres relatam, a partir de suas histórias de vida, a forma como chegaram à ocupação da terra onde hoje estão assentadas. De modo singular, cada família foi retirada de seu território natal no qual inicialmente constituíram seus laços e sua subjetividade. A partir disso, estabeleceu-se a necessidade de buscar outro local de moradia e trabalho para dar seguimento a suas vidas, lugar esse que é constantemente negado a elas: “Por que o governo não deixou nós lá onde estávamos? Nós nascemos lá, meu umbigo está enterrado lá. Então eu fico me perguntando o porquê” (Leila). A seguir acrescenta: “Mas eu aprendi a gostar daqui [...] defendo com unhas e dentes cada milímetro daqui”. Há uma ambiguidade de sentimentos quando se pensa nesse território de origem que foi tirado dela, mas também do amor e luta por esse novo território que foi conquistado e que precisa ser constantemente reafirmado como seu. O fragmento também nos permite compreender a relação intrínseca entre o ser e a natureza, ao materializar a relação entre o corpo e a terra: “meu umbigo está enterrado lá” e “defendo com unhas e dentes”.

As percepções de pessoas externas sobre o movimento, bem como das próprias participantes sobre si mesmas são expressas na linguagem. O imaginário social construído acerca do movimento molda a maneira como a população passa a enxergar e tratar as integrantes e moradoras acampadas e assentadas. Ao relatarem a forma como eram recebidas, por exemplo, em supermercados da cidade, nos contam que os funcionários e donos as seguiam a fim de verificar se roubariam algo, afirmam: “achavam que nós éramos todos bandidos” (Roseli). A palavra “bandidos” e “vagabundos” é muito presente nas histórias que as mulheres contam sobre as formas como são tratadas por pessoas que desconhecem os objetivos e vivências do movimento.

Todas essas discriminações vão também moldando a forma como as mulheres veem a si mesmas, ao referirem-se às professoras, estudiosos e advogados, houve a afirmação: “Eles tratam a gente assim tão bem, como se a gente tivesse no mesmo patamar que eles”. Ao se verem sendo tratadas como inferiores por outras pessoas, por vezes abraçam essa narrativa como se fosse

verídica. Além disso, uma das integrantes ao contar sua história, relatou sobre ocupação utilizando a palavra “invasão”, momento em que Marli corrige: “ela falou invadiu, não é invadir, é ocupar”, demonstrando que é importante refletir sobre as palavras utilizadas para remeter-se ao movimento. Também explicou as razões daquele lugar ser escolhido pelo movimento para abrigar as famílias: “A gente ocupou essa fazenda que o dono nem vinha ver, aqui diz que é o canteirinho dele, a menorzinha, 3.800 hectares tem aqui. Não pagavam imposto” (Marli). Dessa maneira, fica explícita a importância do MST na resistência ao empobrecimento e marginalização das famílias, bem como no combate aos latifúndios e ao agronegócio que favorecem a desigualdade social. Acrescentam: “a nossa luta, gente, é contra o latifúndio, não contra companheiro”.

Além disso, os efeitos da colonialidade do poder e do ser no campo também foram se intensificando à medida que a lógica de lucro e da produtividade foi sendo instaurada, culminando em um processo de colonialidade da natureza (Martins; Benzaquen, 2017). Os ideais de produção no campo configuram-se de modo a desafiar as condições naturais de crescimento das plantas, desenvolvimento dos animais e controle de insetos. A crescente lógica de exportação dos produtos advindos das áreas rurais faz com que a agricultura familiar e agroecológica perca sua força e passe a ser colocada como ultrapassada ou ineficaz.

O MST, como apontado anteriormente, seleciona terras para ocupar que não estejam cumprindo sua função social, que não sejam utilizadas pelos seus donos, que tenham denúncias de trabalho análogo à escravidão ou que não paguem impostos. Dessa maneira, o território ocupado torna-se moradia e fonte de renda para diversas famílias sem acesso a terras ou cujas terras de origem tenham sido roubadas ou negadas. As terras ocupadas pelo movimento passam a ser produtivas à medida que as/os ocupantes as cuidam e semeiam nela. Muito se discute internamente no movimento sobre as formas de plantio, a importância do equilíbrio na agricultura, a relação com a terra e com os animais, bem como sobre a alimentação e a nutrição que a agricultura sustentável possibilita.

Diante disso, a agroecologia se faz presente no MST também como forma de resistência ao se produzir enquanto um campo de conhecimento transdisciplinar que trabalha com teorias científicas mas também com pensamento popular prático, uma vez que seu “objetivo principal é contribuir para o desenvolvimento de agrossistemas sustentáveis, promovendo a conservação da agrobiodiversidade e da biodiversidade em geral, bem como a preservação dos recursos naturais e meios de subsistência” (Oliveira, 2024, p. 348). Dessa maneira, suas práticas de cultivo mantêm uma relação respeitosa com a natureza, como apontado por Thais: “A terra é vida, ela te dá um retorno se você cuida dela”. Maria complementa:

Alguns têm na mente que não é possível produzir o orgânico em bastante quantidade, aqueles que trabalham com maquinários e com planta grande como a soja que tem muita doença porque mudou tudo para transgênico. Lógico que cada vez mais as plantas estarão frágeis. Eles falam ‘é muita praga, como que vou plantar orgânico’,

Larissa das Graças Choida, Kátia Alexsandra dos Santos

mas é porque não entendem do equilíbrio (Maria).

De acordo com as mulheres participantes da pesquisa, nem todas as famílias assentadas praticam a agricultura de forma agroecológica, entretanto, no movimento há um incentivo para essa prática através de formações, encontros e reuniões, entendendo que os sentidos produzidos no movimento social estão em conformidade com essas técnicas de plantio, sobre isso, afirmam: “Não é todo mundo, mas quem lida é por amor mesmo. A agroecologia é algo que resistiu até hoje por causa das mulheres. Quem leva a vida na agroecologia é quem dá valor para a saúde, para a sua família comer um alimento de qualidade” (Maria). Esse incentivo também ocorre através de programas governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a partir do qual as famílias do assentamento que praticam a agricultura familiar podem comercializar suas produções. Além desse, a Associação de Trabalhadores Rurais Boa Esperança, criada e mantida pelos integrantes do movimento, dá conta da organização dessas produções. Também há parcerias com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e com a Cooperativa do Assentamento do Contestado em Lapa (PR). Essas parcerias para formações, trocas e comercialização e o incentivo às certificações agroecológicas são alguns exemplos do objetivo de que a lógica e a produção agroecológica se expandam para além do movimento, que ganhe visibilidade e seja acessada por outras parcelas da população.

A escolha de alguns integrantes pelo modo de agricultura convencional se dá pela influência e poder do agronegócio na região: “Temos muita soja orgânica que arrancamos na mão, muita fruta, muitos bichos. Mas não conseguimos segurar pois moramos em uma região que favorece pro agronegócio de Ponta Grossa. A agricultura está grande, maquinários dos mais variados são fabricados aqui” (Laura). Os ideais de lucratividade das pessoas e instituições mais poderosas em detrimento da saúde, segurança alimentar e subsistência das famílias, compõem as lógicas presentes nessa forma de produção. Trata-se de um lugar de poder do qual aqueles que ocupam não querem sair, sendo assim, há incentivos para que a classe popular pratique essa forma de produção a fim de mantê-la como predominante e como modelo.

Colonialidade de gênero: da economia do cuidado à partilha

Neste tópico, optamos por discutir elementos relacionados à materialização de questões de gênero na vivência das mulheres do MST. Partindo da nossa pergunta de pesquisa, trata-se de um aspecto importante para a compreensão de como se dão as vivências femininas no movimento. O primeiro aspecto a ser destacado nesse sentido é que o feminino no movimento se apresentou a partir da relação comunitária, isto é: sempre no plural, embora possa haver singularidades nessas vivências. Isso foi demonstrado por meio de alguns aspectos observados nos encontros e que reverberaram na própria metodologia da pesquisa, como mencionamos anteriormente. Um deles é a escolha delas pelo diálogo em roda e grupal, demonstrando que esse vínculo e contato entre elas tem importância em seu cotidiano e é o modo prioritário de comunicação.

Outro aspecto fundamental foi a partilha que se estabelece pela comida. Ao

Larissa das Graças Choida, Kátia Alexsandra dos Santos



final dos encontros, uma mesa repleta de alimentos produzidos por elas era posta, sem ser algo previamente combinado entre todas, o que nos pareceu algo natural e orgânico do grupo. Sobre isso, é possível destacar outras experiências de pesquisas com mulheres que tiveram “a cozinha” como centro e puderam descrever como nesse local do fazer se elaboram alimentos, se pratica a oralidade e, também, é onde se produzem soluções para os problemas cotidianos (Simões, 2010).

Como mencionado anteriormente, refletindo a partir das contribuições de Rose, o espaço da cozinha reflete uma significação como espaço de liberdade feminina, visto que está atrelado à função social de cuidado atribuída às mulheres. Em contrapartida, outras funções e espaços, por vezes, são negados a elas ou a ocupação destes é significada de outras formas que não a partir da liberdade, autonomia e autoridade.

Além desses elementos, também percebemos o compartilhamento do cuidado das crianças entre as mulheres no penúltimo encontro. O cuidado compartilhado era tão evidente que nós, como pesquisadoras, inicialmente nem conseguimos entender qual mulher era mãe de qual criança, já que várias se dedicavam ao cuidado. Em uma outra cena, no terceiro encontro, quando a dona da propriedade foi nos mostrar sua plantação, as mulheres se ofereciam para segurar as crianças no colo, dividindo essa tarefa. Esses são alguns fatores que demonstram esse modo de viver de maneira coletiva, mas, também, as influências da construção do sujeito feminino dentro das estruturas de dominação sócio-espaciais (Silva, 2003).

Outro aspecto de gênero percebido ao longo das falas das participantes se refere à agricultura. Como mencionado anteriormente, há uma grande influência do agronegócio mesmo nos territórios do MST, entretanto, como dizem as mulheres: “querendo ou não ainda somos nós mulheres que resistimos até o final de não querer isso” (Laura), demonstrando a persistência das mulheres em manter uma prática agroecológica, diferente da convencional. Visivelmente, há um orgulho presente na fala das mulheres em resistir ao agronegócio, ao longo dos encontros elas propuseram que visitássemos alguma produção agroecológica. No penúltimo encontro isso se concretizou, fomos à propriedade de uma das participantes que fez questão de nos apresentar sua plantação inteira, nos revelando que estava em transição para a agroecologia e, ainda, nos relatou que são as mulheres da casa que realizam esse cuidado e manejo da terra enquanto os homens trabalham fora do território. O espaço, dividido de forma binária, parece construir as relações de gênero no movimento, ainda que ocorra de forma diferente do que se faz em outros territórios, já que há uma esfera de cuidado com a terra (e não apenas filhos e casa) destinada às mulheres.

Em geral, contudo, percebemos que as funções sociais destinadas às mulheres são diferentes daquelas que são designadas aos homens. Alguns homens trabalham em lugares externos ao território do assentamento e as mulheres tendem a permanecer exclusivamente no espaço rural- na terra- e doméstico. Assim, as práticas de cuidado ficam sob responsabilidade feminina e, como mencionado anteriormente, o fato de a prática da agroecologia ser majoritariamente desempenhada por mulheres, torna evidente que a alimentação saudável, o zelo pela família, pela terra e pelos animais são

exemplos dessa função socialmente atribuída ao feminino. Isso se torna visível também a partir do discurso das mulheres, quando apontam que as lutas produzidas por elas no movimento social se somam às suas múltiplas funções.

O relato de uma das mulheres explicita esse aspecto de modo evidente quando fala que, enquanto sua mãe dava aula para as crianças do assentamento, ela “ficava dentro de um cestinho de taquara quando era bebê” (Edimara), demonstrando que, além do trabalho com a educação de outras crianças, a mãe precisava se responsabilizar pelo cuidado de sua filha em tempo integral. Há um consenso entre as mulheres acerca da sobrecarga que o trabalho de cuidado gera: “É mais um enfrentamento que a gente optou em fazer, porque vocês que são mulheres, sabem o tanto que é difícil. Ainda mais para quem já é mãe, tem casa” (Maria). Acrescentam, ainda, que diariamente as mulheres passam por seus desafios pessoais para terem a possibilidade de estar nas lutas do movimento sem-terra.

Em relação a essa tarefa de cuidado percebemos nas narrativas que as mulheres veem a transmissão dos conhecimentos e valores das lutas como de grande importância para o futuro do movimento, entendendo que elas vivenciaram as ocupações adultas com filhas pequenas e, outras, quando ainda eram crianças. Contudo, mesmo tendo a consciência de que essas memórias precisam ser repassadas às próximas gerações, há também a presença do medo – advindo de um cuidado materno – de que seus filhos precisem passar pelos mesmos perigos aos quais foram submetidas.

É possível perceber a partir dos relatos que, mesmo havendo semelhanças nos objetivos entre os participantes do MST, as mulheres têm, ainda, outras questões pelas quais lutar de modo singular. Ao responderem à indagação sobre quais são os almejos das mulheres para o futuro, Leila nos contou que é, “principalmente, a regularização das terras”, mas acrescentou:

Aí nós também vamos atrás de políticas pelas mulheres. Seria muito interessante ter conscientização. A gente vê que tem esse projeto, tem esse recurso, mas não chega pra gente, sabe? Não tem ninguém representando nós. Ninguém que chegue em um político para levar nossas demandas (Leila).

A partir desse relato, nos convoca à reflexão de que ser mulher dentro de um movimento social tem suas particularidades, tanto em relação aos homens que também vivem a luta pela terra, quanto em relação às outras mulheres que não vivem em territórios do MST. Também apontam a necessidade de ter representação política nos espaços adequados para que suas demandas sejam devidamente levadas e, posteriormente, efetivadas por meio de políticas públicas.

Mesmo dentro do movimento, por muito tempo, as mulheres foram silenciadas em suas reivindicações e desejos. Nos contou Laura:

A gente sempre enfrentou aqui essa questão do machismo, às vezes a gente ia nas reuniões e os caras mandavam a gente calar a boca, nós ficávamos um pouquinho quietas mas nós fazíamos o nosso canto e já saíamos de novo em cima. A gente viajava quando tinha um ônibus

que ia para outros Estados e os caras barravam, diziam ‘não, já tá lotado o ônibus’ e não tem mais lugar para vocês irem, uma vez eu falei para um cara ‘eu vou em cima desse ônibus, mas eu vou e acabou’.

Também há relatos de que as decisões pela terra, em sua maioria, sempre ficaram a cargo dos homens do movimento.

Dessa maneira, são explicitadas as relações de poder que vão se estabelecendo socialmente, bem como os papéis sociais estipulados a partir de uma categoria de gênero que, também, foi construída histórica e socialmente como efeito da colonialidade do gênero. Como já nos ensinou Lugones (2014) e tem enfatizado Vergès (2020), dentro da lógica da colonização, a opressão é reproduzida pelos próprios colonizados, de modo que, mesmo dentro da categoria daqueles que não são considerados humanos, os homens aliam-se à perspectiva patriarcal.

Alguns elementos foram aparecendo ao longo dos encontros e demonstraram que há algumas semelhanças entre suas pautas e as de mulheres de outras realidades, como as funções de cuidado da família, da plantação e da casa designadas socialmente às mulheres e o silenciamento. O fenômeno da violência contra a mulher foi relatado no último encontro, enquanto uma das questões discutidas dentro do movimento.

Entretanto, há inúmeras particularidades de ser mulher integrante de um movimento social rural, como o acesso ainda mais dificultado às políticas públicas, a pouca ou nenhuma representação política, as funções pessoais somadas às funções dentro do movimento na produção das lutas, além de outros elementos explorados anteriormente. A violência contra a mulher, mesmo tendo sua incidência a nível global e afligindo mulheres de diversos contextos, se singulariza nos territórios do MST. Houve relatos de mulheres que conquistaram seus lotes de terra, mas perderam pela violência doméstica ao precisarem deixar esse espaço aos agressores que ficaram como proprietários. Por outro lado, as formas de enfrentamento também têm suas particularidades pelos laços e pela organização comunitária que dão outros contornos ao fenômeno, isso fica explícito quando relatam que, nas reuniões do movimento e até mesmo nos encontros do grupo que trata sobre sementes, essas questões aparecem, as mulheres conseguem se apoiar, desabafar e até mesmo se reconhecer em situação de violência e aprender formas de defesa.

Diante disso, fica evidente que há elementos vivenciados pelas mulheres do MST que são vivenciados também por outras mulheres, revelando que a luta das mulheres precisa ser conjunta: “Essas organizações lutam por tudo que é tipo de direito das mulheres, sem exceção” (Marli). Entretanto, como já apontado neste texto, há particularidades que precisam ser olhadas e atendidas em suas demandas específicas.

Além disso, há diferenças também de gênero em relação à participação quando revelam que a maioria das decisões inicialmente eram tomadas pelos homens, mas que, atualmente, houve uma acomodação por parte deles com as lutas e uma perda do caráter coletivo de movimento social. Dessa maneira, no contexto do assentamento pesquisado, as negociações e mobilizações hoje são impulsionadas e realizadas em sua maioria pelas mulheres, as quais

demonstram a importância de romper com a individualização do processo e seguir na luta.

Também há alguns processos diferentes vivenciados em cada assentamento, sendo necessário considerar o contexto do assentamento que se quer conhecer, bem como divergências nas formas de viver e ver a luta entre as próprias mulheres do movimento. Como as participantes relataram, as que se fizeram presentes nos encontros da pesquisa são as que sempre estão presentes nas mobilizações, mas há mulheres que não compartilham dessa mesma visão. Há de se compreender e refletir que as realidades são diversas mesmo dentro do assentamento São Joaquim. Existem diferenças de participação, indo desde apenas objetivo de ordem individual (acesso à posse da terra) até aqueles/as que realmente se filiam ideologicamente ao movimento. Há contextos nos quais as pessoas encontram-se esgotadas, depois de vivenciarem tantos processos violentos, mas há também elementos a partir dos quais percebemos que a força para manter a luta contínua é, justamente, encontrada no coletivo.

O que aprendemos e o que podemos oferecer: produções a partir do encontro

No último encontro proposto pelas pesquisadoras, pudemos fazer um encerramento do processo de pesquisa. A esse momento, utiliza-se o termo “devolutiva”, em pesquisas na área da psicologia caracterizadas como pesquisa-intervenção (Almeida; César; Luciano; Carvalho, 2018). Ainda que não tenhamos partido da Análise Institucional, mas do Feminismo Decolonial, é importante considerar que a devolutiva se deu em ato, não apenas ao final, já que é sempre na relação que somos convocadas a refletir e produzir. Diante disso, no momento de finalização pudemos conversar sobre todas as questões levantadas ao longo dos encontros, bem como apresentamos às mulheres tudo que está contido neste trabalho escrito. Esta produção acadêmica se propôs a produzir um trabalho conjunto com as mulheres do assentamento. Dessa maneira, desde o início até o final do processo as principais ideias, reflexões, combinados e partilhas (de saberes, de comida, do tempo) foram realizadas no coletivo.

Diante da proposta e realização deste trabalho, precisamos dimensionar a necessidade e a importância que o estudo e as intervenções tiveram e quais seus efeitos. Para isso, em diversos momentos de reflexão consideramos o quanto ir à campo nos possibilitou inúmeras trocas e aprendizagem com essas mulheres, como anteriormente explicitamos. A Psicologia ainda não tem produzido muitos estudos decoloniais, sendo ainda muito conhecida pelo seu caráter clínico e acadêmico que tem como base produções e intervenções pautadas em modelos europeus e estadunidenses. Desse modo, há relevância em produzir estudos com as comunidades, considerando o contexto brasileiro e latino-americano, a fim de construir uma Psicologia crítica que pense e se repense a partir do contato com o território.

Ao longo dos encontros, refletimos muito sobre tudo que pudemos aprender com as mulheres. Em um período histórico no qual vivemos que preza pelo lucro e pela produtividade em detrimento das relações, da saúde e do autocuidado, esse contato nos convocou a valorizar esse tempo que reservamos

para estar juntas partilhando. Também fomos convidadas a refletir sobre as questões de gênero no movimento, sobre a relação com a natureza, sobre as relações de poder estabelecidas na sociedade moderna colonial, acerca das vivências dessas mulheres no enfrentamento dos processos de dominação e vulnerabilização, sobre os saberes populares produzidos pelo movimento como forma de resistência à hegemonia do conhecimento, bem como aprendemos também com a luta dessas mulheres pela afirmação de suas existências, de seus direitos e de seus trabalhos.

Ao final do último encontro, a partir da fala de Thais, que agradeceu nossos momentos de diálogo, pudemos compreender que, ao mesmo tempo que aprendemos, também contribuimos de alguma forma para esse grupo de mulheres. De acordo com o que foi dito por ela e também a partir de nossas reflexões, nosso convite à participação na pesquisa possibilitou que voltassem a se organizar para encontrar-se e contar histórias, conversar e partilhar. Não apenas na cidade, mas também no campo, as lógicas de produtividade do sistema colonial capitalista têm efeitos no cotidiano ao nos impor que “tempo é dinheiro”, portanto, muitas vezes, os encontros são adiados pela falta de disponibilidade. Contudo, é no coletivo que as mulheres reúnem forças para a luta, bem como compartilham elementos importantes de seu cotidiano. Nossa intervenção, nesse sentido, suscitou um desejo nelas de seguirem organizando e valorizando o tempo dos encontros. Um dos aspectos mencionados no último encontro de devolutiva foi que elas perceberam que foi necessário alguém “de fora” convocar para que elas pudessem perceber a potência dos encontros e voltar a pensar em estratégias de manter os grupos de mulheres em atividade.

O aspecto do registro que a pesquisa e a academia possibilitam também foi algo que se revelou significativo para essas mulheres. Ter seus nomes completos, suas histórias e suas falas registradas em um trabalho acadêmico tem um valor inestimável, sobretudo se pensamos no efeito de apagamento de alguns grupos sociais que a colonialidade sempre produziu. Com isso, a pesquisa não apenas ouviu, mas dialogou; não apenas recortou falas e interpretou, mas construiu interpretações conjuntas e deu nome e sobrenome às suas interlocutoras.

O encontro de encerramento possibilitou, ainda, refletirmos sobre nosso papel a partir da Psicologia, a necessidade de revermos constantemente nossa prática a fim de que ela esteja implicada com as questões sociais, bem como também a sempre convocar essa aproximação entre a universidade e o território, entendendo que o conhecimento acadêmico produzido não pode ser isolado e reforçador/produtor de um apagamento da vida comunitária. Assim, se a psicologia, como área do conhecimento, organizou-se enquanto campo do saber que prioriza a escuta e a subjetividade, a pesquisa nos coloca a possibilidade de uma atuação comunitária, que produza para e no coletivo e, desse modo, coloque-se como instrumento de leitura e mobilização de mudanças sociais.

Considerações finais

Pesquisar a partir de uma perspectiva do feminismo decolonial significa atravessar ou tentar atravessar alguns efeitos da colonialidade. Assim, esta

Larissa das Graças Choida, Kátia Alexsandra dos Santos

pesquisa já partiu de uma questão que procurava desnaturalizar os sentidos produzidos histórica e socialmente. Diante dos eixos analíticos utilizados – colonialidade do saber; colonialidade do gênero –, foi possível discutir acerca de como todas as expressões da colonialidade se encontram imbricadas e, para além do marcador de classe em torno do qual o MST costuma organizar suas práticas e formações, o gênero e o saber foram evidenciados nesta pesquisa como elementos importantes para pensar o cotidiano dessas mulheres e, também, apareceram de forma relacionada aos demais efeitos da colonialidade.

Os efeitos da colonialidade do poder com as lógicas de dominação perpassam diferentes dimensões da existência, seja na relação com a natureza, nas relações sociais, no que se refere à valorização de um saber em detrimento de outro, bem como à categorização de alguns sujeitos/as na zona do ser a despeito de outros colocados na zona do não ser e deslegitimados ontológica e epistemologicamente.

A colonialidade do saber e do ser se apresentam, de modo indissociável, na relação de hierarquia expressa entre a universidade, que se coloca em um patamar da produção de conhecimento, e o saber comunitário que é colocado em outro. Disso decorre uma ontologia moderna colonial que dita quais práticas e modos de existência são legítimos e quais não. Dessa maneira, a decolonização se apresenta com a possibilidade de desierarquizar os saberes e os modos de existir e resistir numa pesquisa não apenas “a partir” das mulheres, mas conjuntamente às mulheres.

A colonialidade da natureza e do gênero também têm relação com os outros efeitos anteriormente citados à medida que se produz uma categoria mulher, a partir da ideia de civilização, de modo hegemônico, desconsiderando outras formas de se constituir enquanto sujeitas de outras realidades e contextos. Além disso, os processos de dominação perpassam a natureza à medida que as lógicas capitalistas que visam ao lucro moldam a maneira como o ser humano se constitui nessa relação com a natureza. Nas práticas das mulheres assentadas, há uma resistência a esse processo ao entenderem que são parte desse todo, uma vez que o ser humano é parte da natureza e deve manter uma relação respeitosa e não de dominação.

O objetivo desta pesquisa foi compreender como as mulheres vivenciavam a experiência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em um assentamento próximo à universidade na qual trabalhamos/estudamos. Fizemos um roteiro, inferindo algumas hipóteses que foram verificadas. O marcador de classe e o alinhamento a uma ideologia de acesso à terra no movimento são fatores de luta conjunta com os homens, mas há reconhecidamente um recorte de gênero no movimento que fica evidente na fala das mulheres ao trazerem à tona as marcas que as diferenciações de gênero deixam nos modos de se constituir mulher e na produção de suas lutas. Foi possível observar algumas práticas e vivências exclusivas das mulheres como a relação com o cuidado, a agroecologia e com saberes relacionados à saúde.

Outra conclusão a que chegamos é que há modos singulares de experienciar o MST e isso foi percebido tanto entre mulheres, quanto entre homens. Há uma naturalização da função da mulher que parece reproduzir aquilo que acontece na sociedade de um modo geral, sobretudo se tomamos o contexto local. Contudo, alguns elementos como a prática do cuidado e o lugar do coletivo

foram vistos como insígnias do feminino que podem ser tomadas a partir da vivência comunitária. Nesse sentido, como apontado por Rose (1993) acerca do espaço paradoxal, é possível visualizar diversas relações do feminino no território. Nosso olhar externo pode enxergar como opressão aquilo que é pacto dentro do grupo. Importa estar aberta à escuta...e ao aprendizado.

Referências

ALMEIDA, Ueberson Ribeiro et al. A devolutiva como exercício ético-político do pesquisar. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 204-213, ago. 2018.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 18. jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985**. Aprova o plano nacional de reforma agrária, PNRA, e dá outras providências. Brasília, DF, 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1985/d91766.html#:~:text=Aprov%20o%20plano%20nacional%20de,%2C%20e%2C%20da%20outras%20provid%20ncias.&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REPÚBLICA%20%2C%20no,da%20Constituição%20e%20o%20art. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 30 de novembro de 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em 10. jan. 2025.

CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 140-152.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.

DULCI, Tereza Maria Spyer; MALHEIROS, Mariana Rocha. Um Giro Decolonial à Metodologia Científica: Apontamentos Epistemológicos para

Metodologias desde e para a América Latina. **Espirales**, v. 5, n. 1, p. 174-193, jan. 2021.

GROSGOUEL, Ramón; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

HOLLANDA, Heloisa B. **Pensamento feminista hoje**: Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Tradução: Juliana Watson e Tatiana Nascimento. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, set-dez. 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e estado**, v. 31, n. 1, p. 75-97, jan-abr. 2016.

MARTINS, Paulo Henrique; BENZAQUEN, Júlia Figueredo. Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 11, p. 10-31, abr. 2018.

MENEGAT, Alzira S.; TEDESCHI, Losandro A.; FARIAS, Marisa F. L. **Educação, relações de gênero e movimentos sociais**: um diálogo necessário. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

MIGNOLO, Walter D.; ESCOBAR, Arturo (ed.). **Globalization and the decolonial option**. Abingdon: Routledge, 2010.

MIGNOLO, Walter D.; TLOSTANOVA, Madina V. Theorizing from the borders: Shifting to geo-and body-politics of knowledge. **European journal of social theory**, v. 9, n. 2, p. 205-221, 2006.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloisa B. **Pensamento feminista hoje**: Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 96-118.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST**: Página inicial. Objetivos. Disponível em: <https://mst.org.br>. Acesso em 17. fev. 2025.

OLIVEIRA, Adriana Mônica Pinto de et al. Agroecologia na perspectiva da comunidade que sustenta a agricultura: uma análise das representações sociais entre coagricultores. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 11, p. 347-359, jan. 2024.

PEREIRA, Diogo Fagundes *et al.* O pensamento decolonial na psicologia

brasileira. **Conhecimento & Diversidade**, v. 14, n. 32, p. 181-193, mai. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-126.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz C. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. Tradução: Sérgio Molina e Rubia Goldoni. São Paulo: MASP Afterall, 2019.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993, p. 137- 143.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

SIMÕES, Soraya. Conversas de cozinha: Sociabilidade feminina e hermenêutica em um conjunto habitacional da zona sul do Rio de Janeiro. *In*: FLEISCHER, Soraya; TORNQUIST, Carmen Susana; MEDEIROS, Bartolomeu Figueirôa. **Saber cuidar, saber contar**: ensaios de antropologia e saúde popular. Florianópolis: Editora da UDESC, 2009. p. 51-71.

TAVARES, Sinivaldo Silva. A ‘invenção’ do antropocentrismo: uma abordagem decolonial. **Perspectiva Teológica**, v. 54, n. 2, p. 419-442, mai-ago. 2022.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. 2. ed. São Paulo: Ubu, 2020.

WALSH, Catherine; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Indisciplinar las ciencias sociales: Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Perspectivas desde lo andino. Quito: Editorial Abya Yala, 2002.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Larissa das Graças Choida: Conceituação; Análise Formal; Investigação; Metodologia; Escrita (primeira redação).

Kátia Alexandra dos Santos: Conceituação; Análise Formal; Escrita (revisão).

Recebido em 25 de abril de 2024.

Aceito em 08 de julho de 2025.

Larissa das Graças Choida, Kátia Alexandra dos Santos

